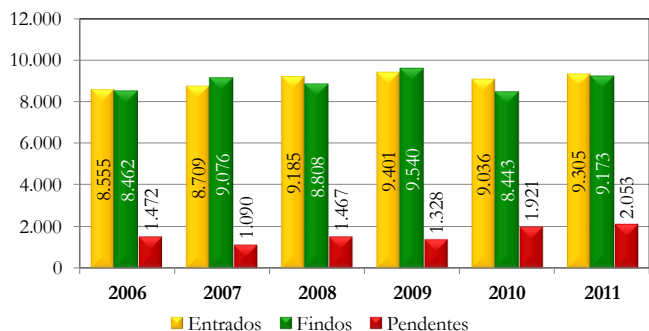


Estatísticas sobre centros de arbitragem (2006-2011)

O presente documento pretende retratar a evolução dos processos nos centros de arbitragem, entre os anos de 2006 e 2011.

Figura 1 - Movimento processual nos centros de arbitragem



Movimento processual nos centros de arbitragem

A figura 1, apresenta a evolução do número de processos entrados, findos e pendentes nos centros de arbitragem entre os anos de 2006 e 2011.

O número de processos entrados em centros de arbitragem aumentou todos os anos entre 2006 e 2011, tendo apenas sofrido um decréscimo de 3,9% entre 2009 e 2010. Globalmente, entre 2006 e 2011, o aumento de processos entrados foi de 8,8%.

Por seu turno, o número de processos findos em centros de arbitragem, não obstante oscilações anuais que nalguns anos corresponderam a aumentos e noutros a reduções, apresentou uma tendência similar à dos processos entrados. A variação verificada entre 2006 e 2011 correspondeu a um aumento de 8,4%.

O número de processos pendentes em centros de arbitragem, cuja magnitude é, em cada ano, substancialmente inferior quer ao número de processos entrados quer ao número de processos findos, sofreu reduções nos anos de 2007 e 2009 e aumentos nos anos de 2008, 2010 e 2011. Globalmente, no entanto, entre 2006 e 2011, verificou-se um aumento de processos pendentes de 39,5%.

Alguns dados sobre os processos findos em centros de arbitragem

Observando as figuras 2 e 3 é possível entender a estrutura dos processos findos em centros de

arbitragem no que respeita aos principais *objetos de litígio*. O objeto de litígio mais observado é o correspondente a processos relacionados com seguros, fundos de pensões e Segurança Social (38,2% do total de processos findos em centros de arbitragem em 2011), seguido do objeto de litígio correspondente a processos relacionados com transporte, armazenamento e comunicações (11,8% do total de processos findos em centros de arbitragem em 2011) e relacionados com comércio, manutenção e reparação de veículos automóveis (10,0% do total de processos findos em centros de arbitragem em 2011). De referir ainda que o conjunto dos demais objetos de litígio representou em 2011 cerca de 40,0% do total de processos findos em centros de arbitragem. Destacam-se, entre 2006 e 2011, a diminuição de 10,8 pontos percentuais no peso dos processos findos em centros de arbitragem cujo objeto

Figura 2 - Peso dos objetos de litígio dos processos findos em centros de arbitragem, em 2006

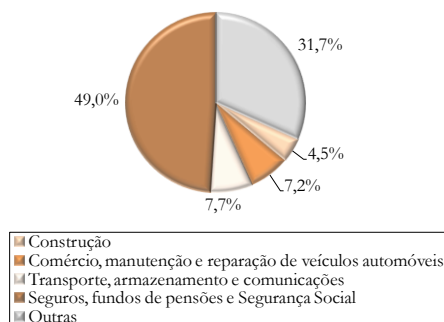
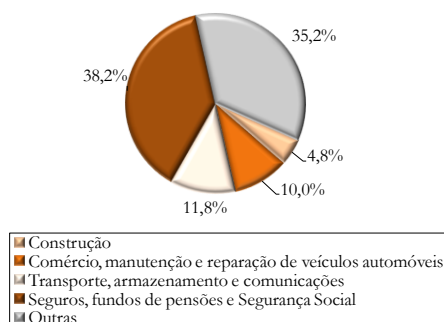


Figura 3 - Peso dos objetos de litígio dos processos findos em centros de arbitragem, em 2011

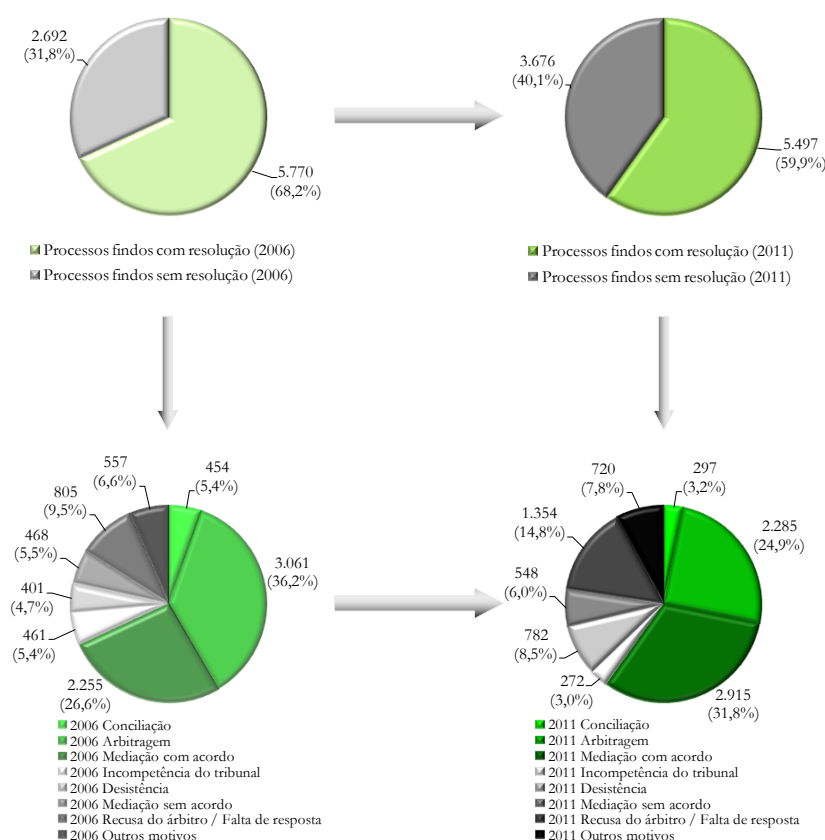


de litígio está relacionado com seguros, fundos de pensões e Segurança Social (passando de 49,0% em 2006 para 38,2% em 2011) e o aumento de 4,1 pontos percentuais no peso dos processos findos em centros de arbitragem cujo objeto de litígio está relacionado com transporte, armazenamento e comunicações (passando de 7,7% em 2006 para 11,8% em 2011).

No que respeita ao *termo dos processos* findos em centros de arbitragem (figura 4), verifica-se que entre 2006 e 2011, existe uma tendência de aumento da percentagem destes processos que findam nos centros de arbitragem sem resolução e uma consequente tendência para a diminuição da percentagem de

processos que findam em centros de arbitragem com resolução. Efectivamente, operou-se uma redução, entre 2006 e 2011, de 8,3 pontos percentuais na percentagem de processos findos em centros de arbitragem que findaram com resolução. Por contraponto, operou-se um aumento, entre 2006 e 2011, de 8,3 pontos percentuais na percentagem de processos findos em centros de arbitragem que findaram sem resolução. De facto, em 2011, 59,9% dos processos findos em centros de arbitragem findaram com resolução (31,8% por mediação com acordo, 24,9% por arbitragem e 3,2% por conciliação). Os restantes 40,1% findaram sem resolução, com destaque para os 14,8% correspondentes a recusa do árbitro ou falta de resposta.

Figura 6 - Peso dos tipos de termo dos processos findos nos julgados de paz, 2006 e 2011



Ficha técnica:

A Direção-Geral da Política de Justiça (DGPJ) do Ministério da Justiça, de acordo com o disposto no n.º 1, do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 123/2007, de 27 de Abril, tem por missão prestar apoio técnico, acompanhar e monitorizar políticas, assegurar o planeamento estratégico e a coordenação das relações externas e de cooperação, sendo ainda responsável pela informação estatística do sector da Justiça.

A Lei n.º 22/2008, de 13 de Maio, define as bases gerais, as linhas orientadoras e os princípios por que se rege o Sistema Estatístico Nacional (SEN), nomeadamente no que respeita à delegação de competências do Instituto Nacional de Estatísticas (INE), IP noutras entidades.

Ao abrigo do disposto no artigo 24.º da Lei n.º 22/2008, de 13 de Maio, foi celebrado o protocolo pelo qual são delegadas na DGPJ competências do INE para a produção e a difusão de estatísticas oficiais da Justiça.

Como entidade delegada, a DGPJ fica sujeita ao cumprimento, na parte relevante, da Lei n.º 22/2008, de 13 de Maio, do Decreto-Lei n.º 166/2007, de 3 de Maio, assim como das normas estabelecidas na legislação comunitária, adoptando o Código de Conduta para as Estatísticas Europeias e o Regulamento de Aplicação do Princípio do Segredo Estatístico do INE.

Documento elaborado por: Pedro Correia, estatístico, consultor da Área de Planeamento e Política Legislativa da Direção-Geral da Política de Justiça, Ministério da Justiça.

Direção-Geral da Política de Justiça (DGPJ)
Av. D. João II, n.º 1.08.01 E, Torre H, Pisos 2/3
1990-097 Lisboa, Portugal
Tel.: +351 217 924 000
Fax.: +351 217 924 090
E-mail: correio@dgpj.mj.pt
<http://www.dgpj.mj.pt>